



# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

**Agência Gaúcha de Desenvolvimento  
e Promoção do Investimento**

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE PARA A  
GESTÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE  
DO SUL

**Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e  
Atividades Econômicas**

**APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR – VALE DO TAQUARI**

---

*Termo de Contrato Nº. 017/2013  
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI e DIEESE*

**SETEMBRO DE 2014**

**DIEESE**

---

**EXPEDIENTE DA AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO**

**Tarso Genro**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

**Mauro Knijnik**

Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI):

**Ivan De Pellegrin**

Diretor-presidente

Diretoria de Produção e Inovação:

**Sérgio Kapron**

Diretor

**Natanael Mücke**

Diretor-adjunto

**Luana Collet**

Coordenadora do Projeto de Fortalecimento dos APL

Equipe técnica:

Daian Douglas Paiva de Souza

Fernando Schardong

Gisela Schuler

Heloisa Helena Weber

Josias Bervanger Oscar

José Carlos Mello Mendes

Karla Ribeiro Studzinski

Luiz Gilberto Monclaro Mury

Mariana Bonelli

Murilo Freire

Pedro Santos Coelho de Souza

Raquel Zini Wondracek

Sandra Beatriz de Aguiar

Valquíria Meireles Tyska

Estagiários:

Rafael da Silva Sabedra

Bárbara Biolchi.

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento  
End: Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 - 23º andar - Centro - Porto Alegre - RS.  
Cep 90.010-050

Contatos: [imprensa@sdpi.rs.gov.br](mailto:imprensa@sdpi.rs.gov.br) - Tels: +55 (51) 3288-1000 (Geral)  
[info@agdi.rs.gov.br](mailto:info@agdi.rs.gov.br) - + 55 (51) 3079-7000

---

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE****Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico  
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva  
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira  
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação  
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais  
Airtton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical  
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

**Coordenação Geral do Projeto**

Fernando Adura Martins – Supervisor do Núcleo de Produção de Informações  
Ricardo Franzoi - Supervisor do Escritório Regional do Rio Grande do Sul  
Patrícia Laczynski – Supervisora dos Observatórios do Trabalho  
Anelise Manganelli - Técnica Responsável pelo Projeto  
Fernando Murta Ferreira Duca – Técnico do Projeto  
Thiago Oliveira Carvalho – Auxiliar Técnico

**Equipe Executora**

DIEESE

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
Rua Aurora, 957 – 1º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001  
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179  
E-mail: [institucional@dieese.org.br](mailto:institucional@dieese.org.br)  
<http://www.dieese.org.br>

**ÍNDICE**

---

APRESENTAÇÃO .....	5
NOTA METODOLÓGICA .....	6
INTRODUÇÃO .....	10
1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL .....	13
1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa .....	13
1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento .....	15
1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características das vagas...21	
2. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI NO APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR VALE DO TAQUARI .....	24
CONCLUSÃO.....	26
REFERENCIAS.....	28
GLOSSÁRIO.....	29
GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS .....	30
ANEXO 1.....	33
ANEXO 2.....	35

---

**APRESENTAÇÃO**

O presente documento configura-se no Relatório intitulado: “*Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas - APL Agroindústria Familiar – Vale do Taquari*”, produto previsto no plano de atividades do projeto: Elaboração de Instrumentos de Monitoramento e Análise para a Gestão da Política de Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI, formalizada através do Contrato nº. 17/2013 firmado no mês de setembro de 2013.

Este é o quarto boletim de análise conjuntural do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, sendo assim, a caracterização da estrutura do mercado de trabalho apresentada no primeiro boletim não é replicada aqui. Este boletim está dividido em duas partes centrais, além dessa Apresentação, Nota Metodológica, Introdução, Conclusão, Glossário de Termos e Glossário de Famílias Ocupacionais, são elas: (1) Análise Conjuntural do Emprego; e (2) Análise dos Microempreendedores Individuais no APL.

A primeira parte traça um panorama da dinâmica do mercado de trabalho e das atividades econômicas, no que tange ao comportamento das admissões e desligamentos e do saldo de vagas no período acumulado de março a maio de 2014<sup>1</sup>, comparando o APL com outros recortes geográficos e temporais. Em seguida, volta-se para analisar especificamente o comportamento do mercado de trabalho dentro do APL, a participação das atividades, municípios e algumas características das vagas.

A segunda parte traz informações sobre os Microempreendedores Individuais (MEIs), e analisa as características desta forma de inserção produtiva no APL, bem como sua distribuição segundo as atividades e o território do APL. Também é avaliada a participação do APL no total de MEIs do território.

---

<sup>1</sup> Último mês disponível durante a elaboração deste relatório.

Para a elaboração de análises de Arranjos Produtivos Locais se faz necessário a utilização de uma delimitação desse Arranjo, de modo que, oriente o levantamento, e conseqüentemente, a análise das informações pesquisadas. Todas as delimitações utilizadas no escopo do Projeto, do qual se insere esse boletim, seguem aquelas adotadas pelo Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio Grande do Sul que possui a seguinte premissa: *“o governo não cria APLs, e sim, apoia a auto-organização das empresas, produtores, comunidades e instituições em arranjos produtivos locais”*<sup>2</sup>.

Para obter esse reconhecimento de APL é necessário que os atores se organizem e elaborem uma série de documentos<sup>3</sup>, e de acordo com a Lei n. 13.839 de 5 de dezembro de 2011, compete ao Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT)<sup>4</sup> definir os requisitos que habilitam a inclusão do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos locais, dentre eles a validação da delimitação dos municípios e das Atividades Econômicas. As delimitações para o APL Agroindústria Familiar – Vale do Taquari estão descritas no Anexo 1.

Em relação ao estudo propriamente dito, cabe destacar que são dois os eixos principais em que ele se organiza: análise do mercado de trabalho formal e análise dos microempreendedores individuais. Todas as análises desenvolvidas são de caráter conjuntural, abrangendo três meses (março a maio). Não consta do objetivo deste boletim realizar uma análise estrutural, tal análise é parte integrante do Projeto, e por seu papel estratégico será realizada em Relatório específico<sup>5</sup>.

Para o estudo do mercado de trabalho do APL, a base de dados utilizada foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo que apresenta as admissões e desligamentos dos vínculos celetistas, e, portanto, adequada para a análise conjuntural (de fluxo), uma vez que as informações estão disponíveis mensalmente.

O Caged é um registro administrativo que faz parte do controle e da contabilidade necessária para implementar ou administrar programas ou projetos governamentais. A base de dados é gerenciada

---

<sup>2</sup> Informações disponíveis no Portal da AGDI através do link: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=909> Acesso em 02/12/2013.

<sup>3</sup> Para obter detalhes sobre o processo de reconhecimento de um APL, acesse: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=914>. Acesso em: 02/12/2013.

<sup>4</sup> O Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APL – NEAT –, coordenado pela AGDI, é composto por órgãos da Administração Direta e Indireta e representantes de instituições executoras de projetos e ações que promovam o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais.

<sup>5</sup> Trata-se do produto 1.4 qual seja, um Relatório de análise decenal que atende justamente ao anseio de uma análise de estrutura econômica e do emprego mais profunda.

pelo Ministério do Trabalho e a cobertura está restrita ao mercado de trabalho formal (assalariados celetistas somente). Contudo, vale salientar que, embora o trabalho rural seja regulado por lei específica, a saber - lei 5.889 de junho de 1973 (Estatuto do Trabalhador Rural), regulamentada pelo Decreto 73.626 de 1974 e também pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, - o empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Ademais, a lei 11.718/08 proporcionou maior formalização do trabalhador, contemplando aqueles que trabalham por pequeno prazo, prevê registro na carteira de trabalho e no livro ou ficha de empregados. Nesse aspecto, torna-se relevante esclarecer que de acordo com o Manual do Caged<sup>6</sup>, devem ser declarados os “trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural”. Contudo, o Caged não possibilita, na consulta à sua base de dados, a separação entre estabelecimentos rurais e urbanos. Sendo assim, a maneira encontrada para contornar o problema foi elaborar uma tabulação dos saldos por tipo de estabelecimento disponível na base de dados. Este filtro, entretanto, é bastante restrito e somente diferencia o tipo de cadastro do estabelecimento. Dois são os tipos: CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) e CEI (Cadastro Específico do INSS). O CNPJ é um número único que identifica uma pessoa jurídica e outros tipos de arranjo jurídico sem personalidade jurídica (como condomínios, órgãos públicos, fundos) junto à Receita Federal. O CNPJ é o cadastro geral, requerido da maior parte das empresas. Já o CEI tem escopo mais reduzido e é requerido somente de alguns tipos de estabelecimentos. O agricultor familiar enquanto segurado especial do INSS só necessita da matrícula CEI, sendo dispensado de ter CNPJ. No caso de produtores rurais, somente são obrigados a possuir registro no CNPJ a cooperativa ou associação de segurados especiais<sup>7</sup>. Contudo, não é possível afirmar com toda a certeza que todos os estabelecimentos cadastrados no CNPJ sejam urbanos, isto decorre principalmente do fato que para ser optante do Simples Nacional<sup>8</sup> os estabelecimentos devem ser cadastrados no CNPJ. Ao menos todos os estabelecimentos cadastrados no CEI são rurais (à exceção dos estabelecimentos do ramo da construção civil). Apesar de não possibilitar afirmações conclusivas, a separação entre CEI e CNPJ foi a forma encontrada para contornar o problema da identificação dos estabelecimentos rurais.

---

<sup>6</sup> Manual do Caged, disponível em:

[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A35F788440136972331997EB1/Manual\\_Caged\\_2012\\_vers%C3%A3oACI\\_13.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A35F788440136972331997EB1/Manual_Caged_2012_vers%C3%A3oACI_13.pdf)

<sup>7</sup> Para mais informações sobre o CEI, consultar: <http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/defaultcei.htm>

<sup>8</sup> Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que unifica em uma só guia de recolhimento os diversos tributos incidentes sobre as empresas. Foi instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para mais informações consultar: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>. Para saber do Simples da Área Rural consultar:

[http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Cartilha%20-%20área%20rural\\_web.pdf](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Cartilha%20-%20área%20rural_web.pdf)

Ainda em relação à utilização do CAGED para a análise do meio rural, cabe destacar a questão da informalidade. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012, a informalidade no meio Rural alcança níveis significativos, para o Brasil os trabalhadores informais chegaram a representar 60,1% da força de trabalho no campo. Para o Rio Grande do Sul, a situação é pouco melhor: 52,8% dos trabalhadores estão na informalidade. Esta é uma restrição da análise do CAGED, que não contempla os trabalhadores sem carteira assinada, uma vez que trata-se de um registro administrativo.

Não obstante, a única maneira de contornar o problema é a realização de pesquisa de campo para coleta de dados primários, já que não há, no Brasil, nenhuma base de dados de nível municipal e de periodicidade mensal ou trimestral que abranja trabalhadores sem carteira assinada. Por último, cabe salientar que a agricultura familiar possui regras rígidas de definição da unidade produtiva e da contratação de trabalhadores, para que não se perca o caráter ‘familiar’ da produção. A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º estabelece que: “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

Além do mais, a Lei 11.718 de 20 de junho de 2008 estabelece em seu artigo 9º que a contratação de mão de obra pode ocorrer por prazo indeterminado somente quando em associação a cooperativas, quando feita individualmente pelo agricultor familiar não pode exceder 120 homens/dia de trabalho por ano, ou seja, permite apenas o trabalho por curto prazo. Caso contrário perde-se a condição de Segurado Especial da previdência social.

É importante salientar que, a partir de janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo de vagas do Caged com as informações de movimentações de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência, o que



requer cautela na análise dos dados. Anteriormente, tais informações eram divulgadas apenas no final de cada ano. Após diversas simulações realizadas com as informações deste registro, observou-se que, em geral, metade das declarações do Caged, entregue fora do prazo pelas empresas, ocorre até o primeiro mês subsequente ao prazo legal de entrega. Com o intuito de melhor descrever a realidade, a partir das informações disponíveis, optou-se por incorporar nas análises baseados nos saldos do Caged - os dados ajustados (ou seja, as declarações fora de prazo), demarcando a extração sempre após a divulgação pelo Ministério do Trabalho, de pelo menos um mês após o período de referência da análise. Para superar essas questões, cada uma das tabelas e/ou gráficos apresentados nesse boletim, a partir da base do Caged apresentam a data da extração da informação.

Visando propiciar uma análise comparativa do APL foram levantadas e sistematizadas informações para o Estado do Rio Grande do Sul e para o mesmo trimestre em anos anteriores. Quando a comparação dos dados do APL é feita com o Estado, deve-se entender o Estado como compreendendo as mesmas atividades econômicas do APL exclusive os municípios que fazem parte deste. A análise conjuntural é realizada sempre agrupando três meses consecutivos e pauta-se no período que compreende os meses de março a maio de 2012, 2013 e 2014, sempre analisando conjuntamente estes meses.

No segundo eixo - os microempreendedores - desenvolvido na seção subsequente, constam os dados extraídos do Portal do Empreendedor, que contém as informações relativas ao Microempreendedor Individual - MEI que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Vale esclarecer que, para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Os dados relativos aos empreendedores individuais aqui apresentados referem-se à totalidade de dados disponíveis no Portal do Empreendedor, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que representa registros de 2009 a 2014. Como nesta base não há a possibilidade de se acessar a série histórica, os dados disponibilizados se referem ao acumulado. Portanto, cada uma das tabulações constantes nesse boletim apresenta a data exata da extração dos dados, visto que essa é uma base atualizada diariamente.

## **INTRODUÇÃO**

---

Arranjo Produtivo Local (APL) é um conceito típico da área de Economia Regional que busca compreender as vantagens advindas da aglomeração geográfica de diversas empresas para sua eficiência e competitividade. A origem do conceito pode ser encontrada na obra do economista inglês Alfred Marshall, na análise dos distritos industriais ingleses (VARGAS, s.d). Marshall foi o primeiro a perceber as vantagens advindas de tal aglomeração, o que denominou de eficiência coletiva. Essa importância da aglomeração de empresas veio a ser resgatada, anos depois, sobretudo a partir do ano de 1980, para o desenho de políticas de desenvolvimento local. A partir de então, muito se avançou e diferentes visões sobre as aglomerações produtivas surgiram (VARGAS, s.d).

A mera concentração de empresas com atividades afins em um mesmo espaço geográfico é capaz de gerar ganhos para as empresas chamados de economias de aglomeração. Tais economias de aglomeração têm origem na cooperação, formal e tácita, entre as empresas, e não somente atividades individuais. Com o tempo este fenômeno da aglomeração geográfica de empresas passou a ser mais estudado e ganhou forma sob o conceito de Arranjo Produtivo Local, passando a abranger as mais diversas atividades econômicas. Para este trabalho o conceito adotado de APL se refere: “às aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social” (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Atualmente, os APLs são reconhecidos como um poderoso mecanismo do desenvolvimento regional e diversas esferas de governo possuem políticas públicas voltadas para o fomento destes. No caso do Rio Grande do Sul verifica-se uma longa tradição na criação de arranjos cooperativos, que data do século XIX (AGDI, 2013), com as cooperativas agrícolas. Essa tradição se manteve ao longo de diversos governos e recentemente recebeu um novo estímulo. A política industrial do Estado, composta de vários eixos temáticos e programas de ações, tem o APL como um de seus elementos centrais. O fomento aos APLs consta como uma das principais ações da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação (um dos eixos da Política Industrial) que o compreende como instrumento prioritário para a promoção do “desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. No âmbito da Política, o desenvolvimento econômico é buscado através do adensamento de cadeias e arranjos produtivos, da cooperação entre empresas, e destas com instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado coletivo, da

inovação e da cultura exportadora” (AGDI, 2013, p. 30). Sendo assim, a Política é dividida em dois eixos centrais: o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs) e o Programa de Redes de Cooperação (PRC).

No âmbito do Programa de APLs a empresa é compreendida “a partir de uma perspectiva coletiva e territorial sob a premissa de que os vínculos de cooperação entre instituições dos setores privado, cooperativo, público, de ensino e pesquisa e de organizações sem fins lucrativos potencializam as estratégias singulares de competição e fomentam o desenvolvimento da economia da região” (AGDI, 2013, p. 31). Como pode ser visto, segundo a política, a empresa/produtor é o ator principal do APL, origem de todos os intercâmbios e vínculos típicos do arranjo. Com este arcabouço desenvolvido, o programa tem como objetivo principal, através do fomento dos APLs, os programas de desenvolvimento setorial e a política de combate às desigualdades regionais.

O programa tem uma base teórica robusta como fundamento, bem como objetivos audaciosos. A fim de alcançar estes objetivos o programa tem como principal ferramenta a capacitação dos APLs e sua gestão, representada pela governança. Para tanto o governo do Estado estruturou dois fundos de recursos para possibilitar tal organização, que podem ser separados em dois principais: Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul (PROREDES BIRD) e Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (FUNDOAPL). O PROREDES BIRD se insere em um contexto mais amplo do que o aporte de recursos aos APLs, tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul por meio da execução de políticas públicas de modernização da gestão pública, de desenvolvimento do setor privado, da qualificação do ensino público e da melhoria dos transportes.

Na área de desenvolvimento do setor privado que se encaixa o fortalecimento dos APLs, que têm acesso a um aporte inicial de recursos de modo a possibilitar a organização mais rápida dos APLs enquadrados no programa. Sendo assim, o objetivo principal dos recursos do PROREDES BIRD para os APLs é a estruturação a governança e elaboração do Plano de Desenvolvimento e/ou de Marketing dos arranjos. Procura-se, desta forma, estimular a auto-organização de empresas, trabalhadores e instituições em APLs, com governança participativa, coordenação e agenda de ações próprias.

Já o FUNDOAPL criado pela Lei 13.840 de 05/12/2012 e regulamentado pelo Decreto 50.562 de 14/08/2013<sup>9</sup>, destina recursos a ações e projetos dos cooperados dos APL que busquem beneficiar

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2050.562.pdf>

um grupo ou conjunto de produtores e empreendimentos da base do Arranjo. Estas ações e projetos vão desde investimentos fixos, capital de giro, tecnologia e agregação de valor à produção por meio da industrialização à disponibilização de serviços técnicos, tecnológicos, de metrologia, de extensão e capacitação. A lista completa de ações englobadas pelo fundo se encontra no Regulamento supracitado. Apesar de contar com recursos das mais diversas origens, o fundo tem como principal fonte de financiamento aportes das empresas participantes dos APLs. A empresa que aportar recursos ao fundo, receberá crédito fiscal em igual montante aos recursos deste aporte. Este fundo, contudo, ainda não se encontra em execução, apesar de estar com todas suas normas jurídicas já estabelecidas.

As políticas públicas voltadas para os APLs do Estado contemplam as diversas fases do fomento dos Arranjos, explicitando os conceitos e mecanismos que utiliza. Neste íterim se insere este boletim, cujo objetivo é oferecer subsídios para o acompanhamento das políticas ao analisar o movimento conjuntural do mercado de trabalho e das exportações do APL, uma vez que as flutuações fornecem boas aproximações do desempenho do mesmo. A compreensão mais apurada da realidade local permite que o gestor público atue de forma a buscar soluções para os desafios encontrados pelo Arranjo, tendo como direção a promoção constante do desenvolvimento local.

## **1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL**

A presente seção tem como foco a análise do saldo (admissões subtraídas dos desligamentos) do emprego formal acumulado entre março e maio de 2014. Para se calcular o saldo de emprego, cada admissão é tratada como um valor positivo unitário (+1) e cada desligamento como negativo (-1). Do resultado se obtém o saldo, que indica a diferença entre admissões e demissões, ou seja, a geração líquida de empregos formais no período. Um saldo positivo indica um aumento no número de vínculos, saldo negativo, uma diminuição. Desta forma, o saldo possibilita uma análise mais fiel do mercado de trabalho do que a análise separada das admissões e demissões, pois mostra quantos vínculos novos de fato estão sendo criados no mercado de trabalho, como está evoluindo a quantidade de empregos formais e a qualidade dessas vagas que surgem.

A fim de acompanhar o mercado de trabalho e buscar suas principais características, esta seção foi subdividida em três. A primeira aborda o saldo de emprego formal no APL de maneira comparativa, ou seja, com ênfase em seu desempenho frente a outras regiões e períodos. Na segunda, o foco se volta para as características do APL, como os municípios, atividades e porte do estabelecimento onde estão concentrados os saldos. Por último, trata-se das principais características das vagas.

### **1.1. Comportamento do mercado de trabalho formal: uma análise comparativa**

Para efeito de comparação, os saldos dos vínculos empregatícios no APL serão analisados, inicialmente, frente aos saldos totais do Rio Grande do Sul e do Brasil (para ambos os casos - exceto os municípios que compõem o APL) para as mesmas atividades econômicas desenvolvidas no Arranjo. A fim de possibilitar uma avaliação mais geral sobre o desempenho do APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, este foi comparado com o Rio Grande do Sul e o Brasil. Ao se utilizar as mesmas atividades econômicas como comparação, possibilita-se uma análise fidedigna do desempenho do APL, pois tais atividades, em certa medida, estão sujeitas aos mesmos efeitos do cenário macroeconômico e de políticas econômicas federais. A exclusão dos municípios do APL das outras regiões elimina o viés de comparação na análise.

O saldo de empregos formais no trimestre, em 2014, mostra Brasil e Rio Grande do Sul com saldos negativos, respectivamente -2.306 e -7.210, enquanto o APL apresentou saldo positivo (+100). Em comparação com os anos anteriores, chama atenção a divergência entre os saldos de cada uma das regiões. Para o Brasil, 2012 e 2013 foram anos de saldos positivos pronunciados, sendo que 2013 apresentou saldo superior a 2012. O Rio Grande do Sul apresentou saldos negativos para ambos os anos, sendo que em 2013 experimentou uma redução do saldo negativo, ou seja, uma melhora. Já o

APL apresentou saldos muito semelhantes entre 2012 e 2013, ambos negativos. Sendo assim, percebe-se que não há evidências de paralelo entre o comportamento do APL e das demais regiões no período analisado.

Comparando os dados atuais com aqueles encontrados no boletim anterior, percebe-se que há esparsas semelhanças. Brasil apresenta saldos negativos para todos os trimestres e o Rio Grande do Sul positivos. O APL, por sua vez, também não mostrou semelhanças, ao apresentar somente um saldo positivo, em 2013.

**TABELA 1**  
**Saldo de empregos formais**  
**Brasil<sup>(1)</sup>, Rio Grande do Sul<sup>(1)</sup> e APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2012 a 2014**

<b>Região</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Brasil	26.262	41.539	-2.306
Rio Grande do Sul	-6.758	-6.277	-7.210
APL	-16	-19	100

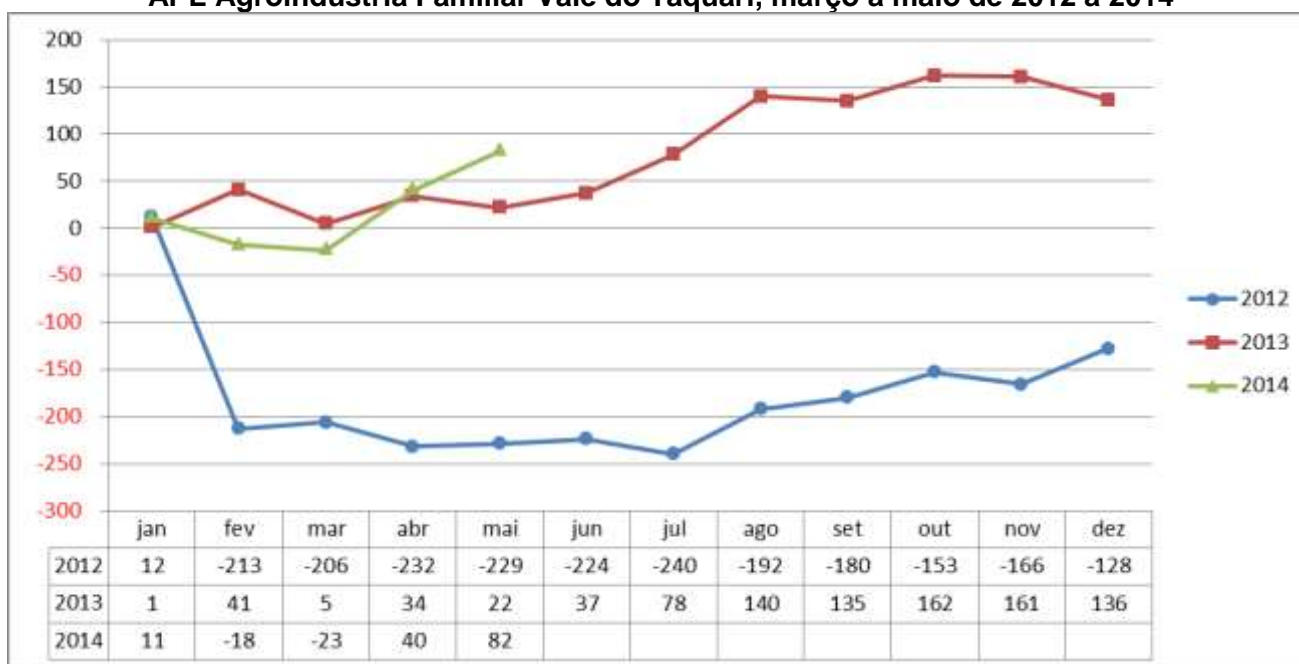
Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 28/07/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul estão restritos àquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

Na análise do saldo acumulado de empregos por ano, 2014, após um saldo positivo em janeiro, acumula saldos negativos até abril quando a situação se inverte. A grande oscilação dos saldos neste ano dificulta identificar uma tendência sólida nos dados. Se comparado aos anos anteriores, percebe-se que a oscilação foi a marca do APL, e que o comportamento de 2014 não se assemelha a 2012 e 2013. Estes anos ainda apresentam dinâmica dos seus saldos acumulados que poderia se dizer basicamente oposta: 2011 apresenta saldos acumulados negativos em todos os meses, à exceção de janeiro; 2012, por sua vez, somente positivos. Contudo, há que se ressaltar que o saldo acumulado de 2011 foi bastante influenciado pelo saldo negativo de fevereiro, e que a partir de agosto o saldo acumulado não apresentou aumento contínuo.

**GRÁFICO 1**  
**Saldo anual acumulado de empregos formais**  
**APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2012 a 2014**



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada 15/08/2014  
 Elaboração: DIEESE

## 1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento

O comportamento da geração de vagas no mercado formal, segundo os municípios do APL, mostra que Encantado - o principal município do APL em relação a concentração de estabelecimentos e trabalhadores, como visto no primeiro Boletim - apresentou o maior saldo em 2014 (+73), seguido por Roca Sales (+17), que é também o segundo município mais representativo do Arranjo. Os demais municípios apresentaram saldos pouco relevantes. Contudo, interessante notar que somente três (Anta Gorda, Doutor Ricardo e Vespasiano Correia) apresentaram saldos negativos (Tabela 2).

Na comparação do trimestre, com o mesmo trimestre dos anos anteriores, o principal ponto que merece destaque é a grande mudança dos saldos, sobretudo de Encantado e Roca Sales. Enquanto Encantado apresenta oscilação, com saldo negativo em 2013 e positivo em 2012, Roca Sales segue tendência de aumento do seu saldo, dado que seu saldo de 2012 foi menor que o de 2013 e este menor do que o de 2014, sendo que os saldos de 2012 e 2013 foram negativos. Os demais municípios continuaram com saldos pouco expressivos.

**TABELA 2**  
**Saldo de empregos formais segundo municípios**  
**APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2012 a 2014**

<b>Município</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Anta Gorda	3	9	-7
Arvorezinha	13	7	6
Coqueiro Baixo	0	0	2
Dois Lajeados	0	-7	1
Doutor Ricardo	2	4	-3
Encantado	25	-14	73
Ilópolis	3	2	3
Muçum	2	-3	2
Nova Bréscia	-2	1	5
Putinga	3	-13	4
Relvado	-1	1	0
Roca Sales	-67	-6	17
Vespasiano Corrêa	3	0	-3
<b>Total</b>	<b>-16</b>	<b>-19</b>	<b>100</b>

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 28/07/2014  
 Elaboração: DIEESE

Na análise das atividades econômicas que compõem o APL, verifica-se que o saldo total de empregos do APL se encontrou concentrado fortemente em *Abate de suínos, aves e outros pequenos animais* (+74). Das demais atividades, vale citar *Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis*, com saldo negativo de -25.

Na comparação com os mesmos trimestres dos anos anteriores, cabe destacar que *Abate de suínos, reses e outros pequenos animais* apresenta uma tendência de crescimento desde 2011 (quando saiu do saldo negativo de -25), influenciando decisivamente o saldo total do APL. *Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis* apresenta saldos negativos para todos os trimestres considerados.



**TABELA 3**  
**Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas<sup>(1)</sup>**  
**APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2012 a 2014**

<b>Atividade econômica</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Cultivo de Cereais	1	0	0
Cultivo de Uva	0	-3	1
Cultivo de Frutas de Lavoura Permanente, Exceto Laranja e Uva	0	-2	-1
Cultivo de Plantas de Lavoura Permanente não Especificadas			
Anteriormente	0	-1	1
Criação de Bovinos	1	0	0
Criação de Suínos	0	1	-5
Criação de Aves	3	10	6
Atividades de Apoio à Agricultura	-1	0	1
Atividades de Apoio à Pecuária	5	-1	1
Abate de Reses, Exceto Suínos	3	-5	7
Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	-25	0	74
Fabricação de Produtos de Carne	2	-2	3
Fabricação de Conservas de Frutas	1	2	8
Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes	-1	1	1
Fabricação de Laticínios	3	12	-9
Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	-32	-46	-25
Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados	0	4	2
Fabricação de Farinha de Milho e Derivados, Exceto óleos de Milho	2	1	-2
Fabricação de Alimentos para Animais	2	5	2
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	-7	2
Fabricação de Produtos de Panificação	4	0	-2
Fabricação de Biscoitos e Bolachas	1	-1	5
Fabricação de Massas Alimentícias	0	5	10
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	17	5	6
Fabricação de Estruturas Metálicas	-2	2	8
Fabricação de Esquadrias de Metal	-2	2	1
Fabricação de Máquinas e Aparelhos de Refrigeração e Ventilação para Uso Industrial e Comercial	3	-2	7
Manutenção e Reparação de Equipamentos e Produtos não Especificados Anteriormente	0	0	-2
Instalação de Equipamentos não Especificados Anteriormente	1	1	0
Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais	-2	0	0
<b>Total</b>	<b>-16</b>	<b>-19</b>	<b>100</b>

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 28/07/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Devido à grande quantidade de atividades econômicas consideradas na delimitação do APL, optou-se por colocar nesta tabela somente aquelas que apresentaram saldo, seja positivo ou negativo. Para acessar todas as atividades econômicas da delimitação do APL, consultar o Anexo 1 deste boletim.

Para melhor compreender a distribuição dos saldos de emprego, decidiu-se analisar de forma simultânea os municípios e classes de atividades econômicas. Devido ao número de municípios e atividades foram selecionados somente os saldos mais significativos, propiciando identificar o quanto estas atividades selecionadas representam para cada um dos municípios. Na tabela a seguir, a linha de subtotal equivale à soma das atividades selecionadas.

Os saldos dos municípios são concentrados em poucas atividades, inclusive Encantando que possui a maior diversidade. *Abate de suínos, reses e outros pequenos animais* responde por 80,8% do saldo do município. Inclusive, Encantado e Roca Sales apresentam para esta atividade, juntas, saldo igual ao total do APL (75). Ademais, *Abate de suínos, reses e outros pequenos animais* responde por quase a totalidade do saldo do município. Além disso, considerando a soma dos municípios e atividades selecionados, percebe-se que este conjunto concentra 68,0% do saldo total do APL no trimestre em análise.

TABELA 4

**Saldo de empregos formais, segundo municípios e atividades econômicas selecionadas<sup>(1)</sup>**  
**APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2012 a 2014**

Município	CNAE 2.0 Classe	2012	2013	2014
Anta Gorda	Criação de Suínos	2	2	-3
	Fabricação de Conservas de Frutas	0	1	-1
	Fabricação de Laticínios	-2	4	-6
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>-10</b>
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>-7</b>
Encantado	Criação de Suínos	5	-2	-1
	Criação de Aves	0	11	5
	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	42	2	59
	Fabricação de Conservas de Frutas	0	0	9
	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	-32	-38	-25
	Fabricação de Massas Alimentícias	-2	4	8
	Fabricação de Máquinas e Aparelhos de Refrigeração e Ventilação para Uso Industrial e Comercial	3	-2	7
	<b>Subtotal</b>	<b>16</b>	<b>-25</b>	<b>62</b>
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>-14</b>	<b>73</b>	
Roca Sales	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	-69	-5	16
	<b>Total</b>	<b>-67</b>	<b>-6</b>	<b>17</b>
Total	Criação de Suínos	7	0	-4
	Criação de Aves	0	11	5
	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	-27	-3	75
	Fabricação de Conservas de Frutas	0	1	8
	Fabricação de Laticínios	-2	4	-6
	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	-32	-38	-25
	Fabricação de Massas Alimentícias	-2	4	8
	Fabricação de Máquinas e Aparelhos de Refrigeração e Ventilação para Uso Industrial e Comercial	3	-2	7
	<b>Subtotal</b>	<b>-53</b>	<b>-23</b>	<b>68</b>
	<b>Total</b>	<b>-16</b>	<b>-19</b>	<b>100</b>

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 18/08/2014

Elaboração: DIEESE

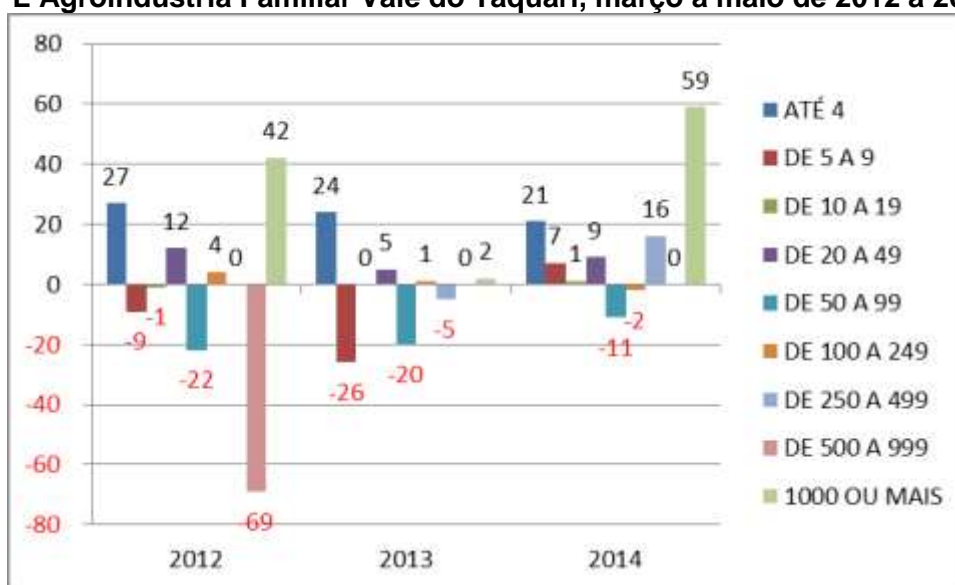
(1) Foram retiradas da tabela todas as atividades que não modificariam o subtotal de 2014 dos municípios significativamente, a ponto deste apresentar valor no máximo 15% superior ou inferior ao total. Nos casos de totais pequenos, a diferença entre o subtotal e o total é no máximo um.

Na análise do desempenho dos saldos segundo tamanho dos estabelecimentos no trimestre percebe-se que os saldos se encontram concentrados principalmente nos estabelecimentos com mais de

1.000 empregados (59% do saldo total) e com até quatro empregados (21% do saldo). As demais faixas de estabelecimentos apresentaram concentração pouco expressiva de empregos (Gráfico 2).

Tratando da comparação com os mesmos trimestres dos anos anteriores, chama atenção que os estabelecimentos com até quatro empregados apresentaram saldo bastante semelhante em todos os trimestres, em que pese uma leve redução constante do saldo de 2012 e 2014. Ademais, cabe ainda notar que os estabelecimentos com mais de 1.000 empregados também apresentaram o maior saldo de 2012. Por último, cabe ainda notar que diversas faixas de estabelecimento apresentaram saldos negativos para o trimestre nos anos de 2012 e 2013, situação esperada, dado que o saldo total do APL foi negativo nestes trimestres.

**GRÁFICO 2**  
**Saldo de empregos formais segundo tamanho do estabelecimento<sup>(1)</sup>**  
**APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2012 a 2014**



Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 28/07/2014

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Tamanho do estabelecimento segundo número de vínculos ativos

Abaixo se analisa o saldo do APL utilizando um indicador de CEI/CNPJ, como o APL é voltado somente para a agroindústria familiar, tal análise busca contornar a já citada limitação da base de dados do Caged - de separar as atividades de agroindústria familiar de outras atividades em geral. A título de exemplo, o contribuinte que queira ter acesso aos benefícios do SIMPLES precisa estar inscrito sob o CNPJ, o que pode fazer com que proprietários rurais optem por este, em detrimento do CEI (Tabela 5).

Inicialmente cabe destacar que os estabelecimentos inscritos no CEI apresentam saldos significativamente inferiores aos dos inscritos no CNPJ. As atividades de *Cultivo de cereais*, *Cultivo de uva*, *Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente*, *Cultivo*

de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente e Criação de bovinos, todas tipicamente rurais, possuem a totalidade de seu saldo em estabelecimentos matriculados no CEI. Já o Cultivo de Frutas de Lavoura Permanente, Exceto Laranja e Uva, Criação de Suínos, Criação de Aves e Atividades de Apoio à Agricultura, atividades também tipicamente rurais, obtiveram parte relevante do seu saldo em estabelecimentos matriculados no CNPJ. As demais atividades apresentaram a totalidade do seu saldo em estabelecimentos inscritos sob o CNPJ, mesmo aquelas em que se poderia esperar que fossem de agroindústrias, como: Fabricação de Conservas de Frutas e Fabricação de Farinha de Milho e Derivados, Exceto óleo de Milho.

TABELA 5

**Saldo de empregos formais, segundo atividade econômica<sup>(1)</sup> e tamanho de estabelecimento  
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2012 a 2014**

Tipo	Atividade econômica	2012	2013	2014
	Cultivo de Frutas de Lavoura Permanente, Exceto Laranja e Uva	0	0	-1
	Criação de Suínos	5	-2	-1
	Criação de Aves	-2	11	4
	Atividades de Apoio à Agricultura	-1	-2	1
	Atividades de Apoio à Pecuária	5	-1	0
	Abate de Reses, Exceto Suínos	3	-5	7
	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	-25	0	74
	Fabricação de Produtos de Carne	2	-2	3
	Fabricação de Conservas de Frutas	1	2	8
	Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes	-1	1	1
	Preparação do Leite	0	0	0
	Fabricação de Laticínios	3	12	-9
	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	-32	-46	-25
CNPJ	Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados	0	4	2
	Fabricação de Farinha de Milho e Derivados, Exceto óleos de Milho	2	1	-2
	Fabricação de Alimentos para Animais	2	5	2
	Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	-7	2
	Fabricação de Produtos de Panificação	4	0	-2
	Fabricação de Biscoitos e Bolachas	1	-1	5
	Fabricação de Massas Alimentícias	0	5	10
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	17	5	6
	Fabricação de Estruturas Metálicas	-2	2	8
	Fabricação de Esquadrias de Metal	-2	2	1
	Fabricação de Máquinas e Aparelhos de Refrigeração e Ventilação para Uso Industrial e Comercial	3	-2	7
	Manutenção e Reparação de Equipamentos e Produtos não Especificados Anteriormente	0	0	-2
	Instalação de Equipamentos não Especificados Anteriormente	1	1	0
	Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais	-2	0	0
	<b>Subtotal</b>	<b>-18</b>	<b>-17</b>	<b>99</b>
	Cultivo de Cereais	1	0	0
	Cultivo de Uva	0	-3	1
	Cultivo de Frutas de Lavoura Permanente, Exceto Laranja e Uva	0	-2	0
	Cultivo de Plantas de Lavoura Permanente não Especificadas Anteriormente	0	-1	1
CEI	Criação de Bovinos	1	0	0
	Criação de Suínos	-5	3	-4
	Criação de Aves	5	-1	2
	Atividades de Apoio à Agricultura	0	2	0
	Atividades de Apoio à Pecuária	0	0	1
	<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>-2</b>	<b>1</b>
	<b>Total</b>	<b>-16</b>	<b>-19</b>	<b>100</b>

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 25/08/2014  
Elaboração: DIEESE

### **1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características das vagas**

Nesta seção o boletim trata das características das vagas referentes às admissões e demissões no período. Contrariamente à seção anterior, aqui não serão utilizados os saldos de emprego, mas as movimentações, ou seja, serão tratados separadamente os trabalhadores admitidos e os desligados.

Em relação às famílias ocupacionais destas vagas, foram identificadas as dez famílias com o maior número de admissões e as dez com maior número de desligamentos no trimestre (de março a maior do ano de 2014). Entre as famílias com maior número de admissões, as dez que mais admitem representaram 74,5% das admissões totais do APL e 70,3% da massa salarial<sup>10</sup>. *Magarefes e afins* (20,6%), *Trabalhadores artesanais na confecção de alimentos* (12,0%) e *Alimentadores de linhas de produção* (12,4%) respondem por 45,9% das admissões no APL e 42,9% da massa salarial, dado que a média salarial das três famílias é inferior à média salarial do APL. Nota-se ainda que o APL representa 1,2% das admissões do Rio Grande do Sul (para as mesmas atividades do APL, excluídos seus municípios), e sua média salarial de admissão é 1,4% inferior à do Estado (Tabela 6).

Ao analisar os desligamentos, percebe-se que as famílias ocupacionais que registram maior número de admissões são também as que mais registram os desligamentos, sendo que *Magarefes e afins*, *Trabalhadores artesanais na confecção de alimentos* e *Alimentadores de linhas de produção* são, em ordem, as famílias com maior quantidade de admissões e demissões. A única família que aparece entre as com maior número de admissões e não está entre as de maior número de desligamentos é *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*. Ademais, os desligamentos se encontram menos concentrados do que as admissões, as três famílias, listadas acima, com os maiores valores representaram 39,3% dos desligamentos totais no APL e 37,5% da massa salarial, ou seja, o salário médio destas três famílias é superior ao salário médio de desligamento do APL. Cabe notar também que os desligamentos do APL representam 0,7% dos do Estado, com salário médio 11,1% inferior. Já a razão dos salários no interior do APL, os admitidos apresentaram média 0,3% superior ao dos desligados.

Comparando os admitidos e desligados de 2014, percebe-se que a maior parte dessas famílias apresentou saldo positivo, com a exceção de *Trabalhadores na pecuária de médio porte*, *Trabalhadores artesanais na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins*, *Produtores em pecuária de médio porte* e *Padeiros, confeitadores e afins* (Anexo 2). Neste mesmo

---

<sup>10</sup> A massa salarial representa a soma de todos os salários pagos aos trabalhadores no período em análise.

período houve aumento de R\$ 114.255 na massa salarial do APL, devido ao fato da massa salarial dos admitidos ser maior do que a dos desligados, levando em conta o trimestre em análise.

Em relação ao ano anterior, percebe-se que há pouca mudança nas principais famílias ocupacionais, tanto entre as que possuem maiores admissões, quanto maiores desligamentos. Importante notar também o avanço do salário médio real de 2013 para 2014, tanto dos desligados quanto dos admitidos no APL, de respectivamente 4,6% e 6,5%, enquanto no Estado foi de, respectivamente, 6,1% e 5,1%. Este aumento do salário médio real se refletiu no aumento real de 22,2% da massa salarial gerada no APL. Ou seja, as admissões do trimestre de março a maio de 2014 representaram um aumento da massa salarial gerada no APL, se comparado ao mesmo período de 2013. Este aumento da massa gera aumento da demanda e dinamiza a economia local.

**TABELA 6**  
**Admissões, desligamentos, massa salarial e salário médio segundo família ocupacional**  
**APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2013 e 2014**

Família Ocupacional	2013				2014			
	Vínculos	Massa (Em R\$ <sup>2</sup> )	%Massa <sup>1</sup>	Sal. Médio (em R\$ <sup>2</sup> )	Vínculos	Massa (Em R\$ <sup>2</sup> )	%Massa <sup>1</sup>	Sal. Médio (em R\$ <sup>2</sup> )
<b>Maiores admissões</b>								
Magarefes e Afins	52	48.818	13,3	939	90	89.850	20,0	998
Trabalhadores Artesanais na Conservação de Alimentos	48	47.550	12,9	991	56	53.760	12,0	960
Alimentadores de Linhas de Produção	31	26.727	7,3	862	54	49.308	11,0	913
Trabalhadores na Fabricação e Conservação de Alimentos	19	18.348	5,0	966	27	26.823	6,0	993
Trabalhadores na Pecuária de Pequeno Porte	22	19.285	5,2	877	22	21.049	4,7	957
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	11	10.004	2,7	909	20	19.611	4,4	981
Padeiros, Confeiteiros e Afins	17	12.684	3,5	746	19	16.066	3,6	846
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	13	12.509	3,4	962	14	17.621	3,9	1.259
Trabalhadores Artesanais na Pasteurização do Leite e na Fabricação de Laticínios e Afins	22	19.574	5,3	890	13	12.228	2,7	941
Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte	9	7.123	1,9	791	10	9.477	2,1	948
<b>Subtotal das 10 Famílias com maior número de admissões</b>	<b>244</b>	<b>222.621</b>	<b>60,6</b>	<b>912</b>	<b>325</b>	<b>315.791</b>	<b>70,3</b>	<b>972</b>
<b>Subtotal das demais Famílias Ocupacionais</b>	<b>136</b>	<b>144.925</b>	<b>39,4</b>	<b>1.066</b>	<b>111</b>	<b>133.428</b>	<b>29,7</b>	<b>1.202</b>
<b>Total do APL</b>	<b>380</b>	<b>367.546</b>	<b>100,0</b>	<b>967</b>	<b>436</b>	<b>449.219</b>	<b>100,0</b>	<b>1.030</b>
<b>Total do Rio Grande do Sul<sup>3</sup></b>	<b>36.858</b>	<b>36.636.459</b>	<b>1,0</b>	<b>994</b>	<b>37.345</b>	<b>39.017.925</b>	<b>1,2</b>	<b>1.045</b>
<b>Maiores desligamentos</b>								
Magarefes e Afins	51	47.040	12,2	922	49	48.752	14,6	995
Trabalhadores Artesanais na Conservação de Alimentos	58	54.624	14,1	942	42	42.806	12,8	1.019
Alimentadores de Linhas de Produção	33	29.662	7,7	899	37	34.071	10,2	921
Trabalhadores na Pecuária de Pequeno Porte	12	10.676	2,8	890	20	18.955	5,7	948
Produtores em Pecuária de Médio Porte	14	15.749	4,1	1.125	19	19.445	5,8	1.023
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	16	14.807	3,8	925	16	15.610	4,7	976
Padeiros, Confeiteiros e Afins	44	38.290	9,9	870	15	13.139	3,9	876
Trabalhadores Artesanais na Pasteurização do Leite e na Fabricação de Laticínios e Afins	18	16.213	4,2	901	15	14.113	4,2	941
Trabalhadores na Fabricação e Conservação de Alimentos	16	16.237	4,2	1.015	15	14.576	4,4	972
Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte	9	7.567	2,0	841	9	9.135	2,7	1.015
<b>Subtotal das 10 Famílias com maior número de desligamentos</b>	<b>271</b>	<b>250.865</b>	<b>64,8</b>	<b>926</b>	<b>237</b>	<b>230.602</b>	<b>68,8</b>	<b>973</b>
<b>Subtotal das demais Famílias Ocupacionais</b>	<b>123</b>	<b>136.113</b>	<b>35,2</b>	<b>1.107</b>	<b>89</b>	<b>104.363</b>	<b>31,2</b>	<b>1.173</b>
<b>Total do APL</b>	<b>394</b>	<b>386.978</b>	<b>100,0</b>	<b>982</b>	<b>326</b>	<b>334.965</b>	<b>100,0</b>	<b>1.027</b>
<b>Total do Rio Grande do Sul<sup>3</sup></b>	<b>43.231</b>	<b>47.103.603</b>	<b>0,8</b>	<b>1.090</b>	<b>44.680</b>	<b>51.663.730</b>	<b>0,6</b>	<b>1.156</b>

Notas:

(1) Participação em relação ao total do APL

(2) Remuneração deflacionada pelo INPC/IBGE de Maio de 2014

(3) Considerando as mesmas atividades do APL, exclusive os municípios do território do APL

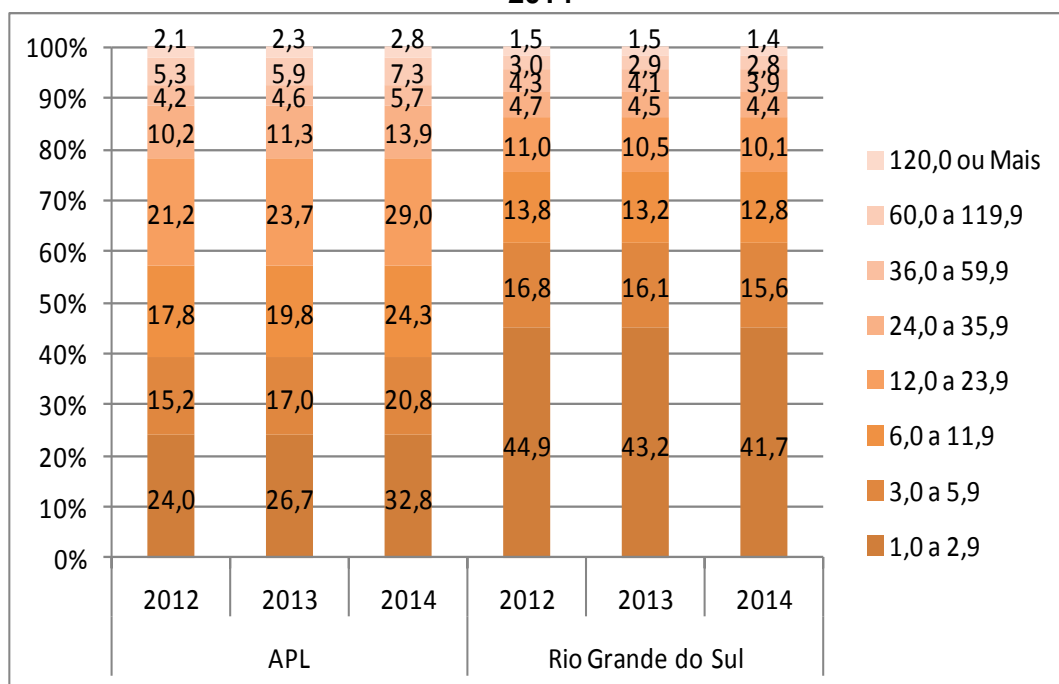
Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 31/07/2014

Elaboração: DIEESE

Em relação ao tempo de permanência no emprego, chama atenção que, mais da metade (77,9%) dos trabalhadores desligados no APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari possuía menos de um ano

no emprego, sendo que 53,6% não ultrapassaram seis meses no emprego e 32,8% deles foram desligados antes de completar três meses de trabalho, e portanto, possivelmente ainda em contrato de experiência. O Rio Grande do Sul apresenta tempo médio de permanência ainda menor que o APL, com destaque para a grande participação nos desligamentos com até três meses de emprego. Comparando com os anos anteriores percebe-se que há diferenças pouco expressivas no tempo de permanência, tanto para o APL quanto para o Estado (Gráfico 3).

**GRÁFICO 3**  
**Distribuição dos desligamentos segundo o tempo de permanência no emprego (%)**  
**Rio Grande do Sul<sup>(1)</sup> e APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2012 a 2014**



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 30/07/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

## 2. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI NO APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR VALE DO TAQUARI

Atualmente, o APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari conta com um total de 55 microempreendedores individuais, concentrados no município de Encantado, onde estão registrados 22 deles, ou seja, 40,0% do total de MEIs do APL. Outros municípios também registram microempreendedores, cabendo destacar Roca Sales (27,3%) e Arvorezinha (14,5%). Os demais municípios apresentam pequena participação ou mesmo não registram qualquer MEI nas atividades do APL. Assim como esperado, os municípios com maior participação, em termos de número de estabelecimentos e empregos no APL são também aqueles com maior participação no número de MEIs. Muçum que registra participação significativa no total de estabelecimentos no APL, registra apenas um MEI. Outro dado relevante é a participação dos MEIs das atividades do APL no total de MEIs no território, que representam 4,9%. Também é possível comparar a participação dos MEIs nas atividades do APL no total de MEIs do Rio Grande do Sul (2,4%). Por último, cabe notar que o arranjo agrega, considerando somente as atividades do APL, 0,9% do total de MEIs do Estado (Tabela 7).

**TABELA 7**  
**Número de Microempreendedores Individuais segundo municípios do APL**  
**APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, 2014**

Município	Microempreendedores Individuais - Total [A]	Microempreendedores Individuais - APL [B]	Participação dos municípios no total (%) - APL	Participação do APL no total do município (%) [B/A]
Anta Gorda	64	0	0,0	0,0
Arvorezinha	204	8	14,5	3,9
Coqueiro Baixo	21	0	0,0	0,0
Dois Lajeados	21	0	0,0	0,0
Doutor Ricardo	22	0	0,0	0,0
Encantado	422	22	40,0	5,2
Ilópolis	91	2	3,6	2,2
Muçum	32	1	1,8	3,1
Nova Bréscia	26	2	3,6	7,7
Putinga	53	1	1,8	1,9
Relvado	7	1	1,8	14,3
Roca Sales	148	15	27,3	10,1
Vespasiano Corrêa	11	3	5,5	27,3
<b>Total</b>	<b>1.122</b>	<b>55</b>	<b>100,0</b>	<b>4,9</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>247.079</b>	<b>5.857</b>	<b>0,9</b>	<b>2,4</b>

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 08/08/2014  
 Elaboração: DIEESE.

No tocante à distribuição dos MEIs segundo atividade econômica, duas atividades concentram quase metade do total: *Fabricação de produtos de panificação* (25,5%) e *Fabricação de massas alimentícias* (23,6%). Interessante notar que, ao contrário do ocorrido na distribuição por



municípios, na distribuição por atividades econômicas, as duas atividades citadas têm baixa representatividade em termos de emprego e estabelecimentos formais (Tabela 8).

Nota-se que o APL não apresenta concentração expressiva dos MEIs do Rio Grande do Sul para nenhuma das atividades do APL, à exceção de *Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho*, com um MEI no total de seis presentes no Estado.

Registra-se que, mesmo com baixa representatividade para o APL, o registro de MEIs tem aumentado. Na comparação com o observado no primeiro boletim<sup>11</sup> (dezembro de 2013) houve um aumento de 44,7% em um intervalo de aproximadamente oito meses.

**TABELA 8**  
**Microempreendedores Individuais segundo atividades econômicas que compõem o APL**  
**Agroindústria Familiar Vale do Taquari, 2014**

Atividade Econômica	Microempreendedores individuais - APL	Participação da atividade no total do APL	Microempreendedores individuais - RS	Participação do APL no total do RS
Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	0	0,0	15	0,0
Fabricação de Produtos de Carne	2	3,6	74	2,7
Fabricação de Conservas de Frutas	0	0,0	34	0,0
Fabricação de Conservas de Legumes e Outros Vegetais	0	0,0	23	0,0
Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes	1	1,8	24	4,2
Fabricação de Laticínios	1	1,8	22	4,5
Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	1	1,8	17	5,9
Beneficiamento de Arroz e Fabricação de Produtos do Arroz	0	0,0	6	0,0
Fabricação de Farinha de Milho e Derivados, Exceto óleos de Milho	1	1,8	6	16,7
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	0,0	7	0,0
Fabricação de Açúcar em Bruto	2	3,6	36	5,6
Fabricação de Produtos de Panificação	14	25,5	2.447	0,6
Fabricação de Biscoitos e Bolachas	3	5,5	122	2,5
Fabricação de Massas Alimentícias	13	23,6	410	3,2
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	2	3,6	57	3,5
Fabricação de Estruturas Metálicas	0	0,0	1	0,0
Fabricação de Esquadrias de Metal	6	10,9	427	1,4
Manutenção e Reparação de Equipamentos e Produtos não Especificados Anteriormente	0	0,0	85	0,0
Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais	3	5,5	442	0,7
Instalação de Equipamentos não Especificados Anteriormente	6	10,9	1.602	0,4
<b>Soma</b>	<b>55</b>	<b>100,0</b>	<b>5.857</b>	<b>0,9</b>

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 08/08/2014

Elaboração: DIEESE.

(1) Devido à grande quantidade de atividades econômicas consideradas na delimitação do APL, optou-se por colocar nesta tabela somente aquelas que apresentaram algum microempreendedor individual. Para acessar todas as atividades econômicas da delimitação do APL, consultar o Anexo 1 deste trabalho.

<sup>11</sup> Disponível em:

[http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1399482691\\_Indicadores%20das%20Atividades%20Economicas%20e%20do%20Emprego%20-%201%20Trimestre%20\\_Vale%20do%20Taquari\\_.pdf](http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1399482691_Indicadores%20das%20Atividades%20Economicas%20e%20do%20Emprego%20-%201%20Trimestre%20_Vale%20do%20Taquari_.pdf)

## CONCLUSÃO

O presente estudo buscou realizar uma análise conjuntural do mercado de trabalho do APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, baseada em dois eixos: (1) evolução comparativa dos saldos do emprego composto também pelas características das vagas (2) análise dos Microempreendedores Individuais no APL.

Verifica-se que o trimestre registrou saldo positivo de emprego igual a 100, saldo significativo, principalmente se comparado aos saldos negativos do observados no Rio Grande do Sul e do Brasil (para as mesmas atividades do APL).

O saldo acumulado do APL no ano (2014) mostra recuperação a partir de abril quando é revertida a tendência de queda dos três primeiros meses do ano. A comparação com os saldos mensais dos anos anteriores revela um cenário positivo para o ano corrente, dado que tanto em 2012 como em 2013 os valores do mês de abril e maio foram inferiores aos de 2014.

Em relação à distribuição, chama atenção a concentração territorial do APL, com Encantado e Roca Sales concentrando 90,0% do saldo total do trimestre. As atividades econômicas apresentaram distribuição semelhante com *Abate de suínos, aves e outros pequenos animais* (74%) e *Fabricação de massas alimentícias* (10%) como as principais atividades. Em relação à distribuição dos saldos segundo o tamanho dos estabelecimentos, chamaram atenção aqueles com até 4 vínculos (21%) e os com mais de 1.000 (59%), como aqueles que mais contribuíram para o desempenho positivo do emprego formal no trimestre.

Em relação às famílias ocupacionais, cabe citar a semelhança que aquelas que apresentam as maiores admissões apresentam também os maiores desligamentos. Entre as famílias com maior número de admissões, as dez que mais admitiram representaram 74,5% das admissões totais do APL e 70,3% da massa salarial, já as dez famílias com maiores desligamentos representaram 72,6% dos desligamentos totais e 68,8% da massa salarial. Ademais, o aumento da massa salarial do período foi da ordem de R\$114.255.

Em resumo foi possível identificar que o trimestre foi positivo para o APL, com melhor desempenho do que os observados no mesmo período em anos anteriores, os resultados positivos frente a resultados negativos identificados em outros recortes geográficos (Rio Grande do Sul e Brasil) contribuem para essa afirmativa. Os trabalhadores no APL permanecem mais tempo no

emprego, comparando as mesmas atividades em outros territórios do Estado o que pode ser um indicativo de melhor qualidade de trabalho.

Ademais, o salário médio daquelas ocupações que mais empregam no APL, registrou importante aumento real em relação a períodos anteriores e, além disso, verificou-se aumento da massa salarial, o que dinamiza a economia do território e contribui para seu desenvolvimento.

Em relação aos Microempreendedores individuais, foi identificado, o registro de 55 APL concentrados em Encantado (40,0%) Roca Sales (27,3%) e Arvorezinha (14,5%) e nas atividades de *Fabricação de produtos de panificação* (25,5%) e *Fabricação de massas alimentícias* (23,6%). Registra-se que o número de MEIs cresce, em oito meses, quase dobrou o total de registrados.

---

**REFERENCIAS**

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Plano de implantação da política industrial Desenvolvimento Econômico do RS. Porto Alegre, 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em Nov. de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <[http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1381329396\\_Lei%20Estadual%2013.839%20-%20Institui%20a%20Politica%20Estadual%20de%20Fomento%20a%20Economia%20da%20Cooperacao.pdf](http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1381329396_Lei%20Estadual%2013.839%20-%20Institui%20a%20Politica%20Estadual%20de%20Fomento%20a%20Economia%20da%20Cooperacao.pdf)>. Acesso em 06/02/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.840 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013840&idNorma=1146&tipo=pdf>>. Acesso em 06/02/2014.

VARGAS, M. **Nota metodológica do Projeto Elementos para o desenvolvimento de uma tipologia de APLs**. Rio de Janeiro: [s.d], Redesist/UFRJ.

**Arranjos produtivos locais:** aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Lei 13.839 de 5 dezembro de 2011).

**Atividade econômica:** Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal. O IBGE possui, dentre outras, uma classificação de nove setores de atividade econômica: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; e 'outros'.

**Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados):** É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade mensal e que contém as declarações de estabelecimentos com movimentação (admissões ou desligamentos) prestada até o dia 7 do mês subsequente à movimentação.

**CBO (Classificação Brasileira de Ocupações):** é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

**CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas):** É um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas do Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. É desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification* – ISIC, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização

das informações econômicas em âmbito internacional.

**Clusters:** Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. No setor industrial é um termo utilizado para destacar agrupamentos ou ramos industriais.

**Família ocupacional:** cada família ocupacional constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

**INPC:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Consideram-se apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

**Saldo do emprego:** resultado da diferença entre admissões e desligamentos nos estabelecimentos declarantes do Caged. Indica o emprego efetivamente criado no período.

**Varição percentual do estoque de emprego (%):** Indica o aumento ou a diminuição do estoque do emprego em decorrência da criação/perda de empregos no período. É calculado através da fórmula: saldo da movimentação do mês/ano ÷ estoque inicial do mesmo mês de referência x 100.

## **GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS**

**Alimentadores de Linhas de Produção:** Preparam materiais para alimentação de linhas de produção; organizam a área de serviço; abastecem linhas de produção; alimentam máquinas e separam materiais para reaproveitamento. Formação e Experiência: O trabalho é exercido por pessoas com escolaridade de quarta à sétima série do ensino fundamental, acrescido de curso de qualificação profissional de nível básico, com, no máximo, duzentas horas de duração. O exercício pleno da função se dá em menos de um ano de experiência profissional.

**Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos:** Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Formação e experiência: Para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional.

**Magarefes e Afins:** Abatem bovinos e aves controlando a temperatura e velocidade de máquinas. Preparam carcaças de animais (aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos) limpando, retirando vísceras, depilando, riscando pequenos cortes e separando cabeças e carcaças para análises laboratoriais. Tratam vísceras limpando e esaldando. Preparam carnes para comercialização desossando, identificando tipos, marcando, fatiando, pesando e cortando. Realizam tratamentos especiais em carnes, salgando, secando, prensando e adicionando conservantes. Acondicionam carnes em embalagens individuais, manualmente ou com o auxílio de máquinas de embalagem a vácuo. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental e curso básico de qualificação profissional com até duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

**Padeiros, Confeiteiros e Afins:** Planejam a produção e preparam massas de pão, macarrão e similares. Fazem pães, bolachas e biscoitos e fabricam macarrão. Elaboram caldas de sorvete e produzem compotas. Confeitam doces, preparam recheios e confeccionam salgados. Redigem documentos tais como requisição de materiais registros de saída de materiais e relatórios de produção. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental concluído e curso básico de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

**Produtores em Pecuária de Médio Porte:** Manejam a criação extensiva e confinada de suínos, caprinos e ovinos; gerenciam o empreendimento e comercializam a produção; controlam a produção e a qualidade de animais e produtos derivados; qualificam a mão-de-obra; projetam e implantam criatórios, beneficiam produtos derivados. Preservam meio-ambiente e defendem políticas da atividade. Formação e Experiência: Podem participar de cursos de qualificação com duração de duzentas horas/aula, específicos para criatórios. A escolaridade varia do ensino fundamental ao superior. O desempenho pleno das ocupações requer de um a dois anos de experiência com animais de médio porte.

**Trabalhadores Artesanais na Conservação de Alimentos:** Preparam local de trabalho para processamento de alimentos, inspecionando ambiente, organizando e higienizando equipamentos e utensílios. Preparam máquinas para processamento de alimentos, selecionando, acoplado e desacoplado peças e utensílios, testando e regulando máquinas. Preparam fornos, matérias-primas e ingredientes. Processam produtos alimentícios, misturando, salgando e lavando carnes, embutindo e cozendo salsichas. Embalagem e armazenam produtos alimentícios. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se a quarta série do ensino fundamental e prática profissional no posto de trabalho. O pleno desempenho das atividades ocorre com aproximadamente um ano de experiência profissional.

**Trabalhadores Artesanais na Pasteurização do Leite e na Fabricação de Laticínios e Afins:** Analisam o leite, inspecionando visualmente e emitindo informações das suas características físicas, coletando e enviando amostras para análises laboratoriais. Armazenam o leite, identificando e controlando a temperatura adequada. Preparam equipamentos para pasteurização e fabricação de laticínios, verificando registros para distribuição do leite, regulando pressão e temperatura de equipamentos e limpando e regulando equipamentos. Pasteurizam o leite, clarificando, padronizando,

homogeneizando e resfriando. Adicionam insumos para fabricação de queijo e manteiga, fabricam queijo e esterilizam leite. Envasam e embalam laticínios. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se a quarta série do ensino fundamental e prática profissional no posto de trabalho. O pleno desempenho das atividades ocorre com aproximadamente um ano de experiência profissional.

**Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem:** Preparam máquinas e local de trabalho para empacotar e envasar; embalam produtos e acessórios; enfardam produtos, separando, conferindo, pesando e prensando produtos; realizam pequenos reparos em máquinas, identificando falhas, regulando-as, substituindo pequenas peças e testando seu funcionamento. Formação e Experiência: Essas ocupações são exercidas por trabalhadores com escolaridade de ensino fundamental concluído e aprendem as atividades ocupacionais no próprio emprego. Para o exercício pleno da função é necessário o tempo de menos de um ano de experiência profissional.

**Trabalhadores na Fabricação e Conservação de Alimentos:** Preparam alimentos e cozem produtos alimentícios utilizando processos diversos. Operam câmara fria para armazenar e conservar produtos, insumos e matérias-primas. Prensam frutas e grãos, extraem óleos e farelos vegetais, refinam óleos e gorduras e preparam rações. Fabricam manteiga e margarina. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental concluído e curso básico de qualificação profissional em torno de duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

**Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte:** Cuidam da alimentação, gestação e lactação de suínos, caprinos e ovinos. Aplicam medicamentos e fazem curativos. Controlam a reprodução, ordenham, abatem e preparam suínos, caprinos e ovinos para exposição e venda. Beneficiam produtos da pecuária de médio porte. As atividades são desempenhadas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos de qualidade e biossegurança. Formação e Experiência: O pré-requisito mínimo de escolaridade situa-se entre a quarta e a sétima série do ensino fundamental. Há tendência de aumento das exigências, com ocorrência de granjas que requer em escolaridade de nível médio completo. A qualificação é obtida com o aprendizado prático no local de trabalho, com duração que varia entre um e dois anos.

**Trabalhadores na Pecuária de Pequeno Porte:** Coordenam manejo da produção de aves, ovos e coelhos; proveem alimentos para aves e coelhos, alimentam e controlam a sanidade dos animais. Providenciam documentos e preparam aves, ovos, coelhos e seus derivados para comercialização. Programam logística de transporte, de insumos e produção, e administram recursos humanos e financeiros da granja. Podem implantar granjas. Formação e experiência: O acesso é livre, sem exigências de escolaridade, encontrando-se produtores com os mais diferentes níveis de escolaridade. Para obter maior lucratividade, competitividade e sustentabilidade, requer-se, cada vez mais, atualização constante. O exercício pleno das atividades é alcançado, em média, após um a dois anos de prática. No caso da cunicultura, os iniciantes geralmente qualificam-se em cursos com duração de cerca de duzentas horas/aula.

## **ANEXOS**



**ANEXO 1**  
**Classes de Atividade Econômica e Municípios que compõem o**  
**APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari**

Classe	Descrição
0111-3	Cultivo de cereais
0113-0	Cultivo de cana-de-açúcar
0114-8	Cultivo de fumo
0115-6	Cultivo de soja
0116-4	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja
0119-9	Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente
0121-1	Horticultura
0131-8	Cultivo de laranja
0132-6	Cultivo de uva
0133-4	Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva
0139-3	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente
0141-5	Produção de sementes certificadas
0142-3	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas
0151-2	Criação de bovinos
0152-1	Criação de outros animais de grande porte
0154-7	Criação de suínos
0155-5	Criação de aves
0159-8	Criação de animais não especificados anteriormente
0161-0	Atividades de apoio à agricultura
0162-8	Atividades de apoio à pecuária
0163-6	Atividades de pós-colheita
1011-2	Abate de reses, exceto suínos
1012-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais
1013-9	Fabricação de produtos de carne
1031-7	Fabricação de conservas de frutas
1032-5	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais
1033-3	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes
1051-1	Preparação do leite
1052-0	Fabricação de laticínios
1053-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
1061-9	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos de arroz
1062-7	Moagem de trigo e fabricação de derivados
1064-3	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho
1066-0	Fabricação de alimentos para animais
1069-4	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente
1071-6	Fabricação de açúcar em bruto
1091-1	Fabricação de produtos de panificação
1092-9	Fabricação de biscoitos e bolachas
1094-5	Fabricação de massas alimentícias
1099-6	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente
1111-9	Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas

1112-7	Fabricação de vinho
2511-0	Fabricação de estruturas metálicas
2512-8	Fabricação de esquadrias de metal
2513-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada
2521-7	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central
2522-5	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central para veículos
2811-9	Fabricação de motores e turbinas, exceto para aviões e veículos rodoviários
2812-7	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
2813-5	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes
2814-3	Fabricação de compressores
2815-1	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais
2821-6	Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas
2823-2	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
2824-1	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado
2862-3	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumos
3319-8	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
3321-0	Instalação de máquinas e equipamentos industriais
3329-5	Instalação de equipamentos não especificados anteriormente
7210-0	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais

DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGENTES AO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL  
AGROINDÚSTRIA FAMILIAR VALE DO TAQUARI:

Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis,  
Muçum, Nova Brésia, Putinga, Relvado, Roca Sales, Vespasiano Corrêa.

Fonte: AGDI

Disponível em: [http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1377003335\\_Delimita%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Agroind%C3%BAstria%20Familiar%20-%20Vale%20do%20Taquari.pdf](http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1377003335_Delimita%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Agroind%C3%BAstria%20Familiar%20-%20Vale%20do%20Taquari.pdf)

## ANEXO 2

**Saldo de empregos formais, massa salarial e salário médio segundo família ocupacional  
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, março a maio de 2013 e 2014**

<b>Família ocupacional</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Magarefes e Afins	1	32
Alimentadores de Linhas de Produção	-2	32
Trabalhadores na Fabricação e Conservação de Alimentos	3	14
Trabalhadores Artesanais na Conservação de Alimentos	-10	11
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	-5	6
Trabalhadores na Pecuária de Pequeno Porte	10	4
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	4	2
Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte	0	-5
Trabalhadores Artesanais na Pasteurização do Leite e na Fabricação de Laticínios e Afins	4	-6
Produtores em Pecuária de Médio Porte	-5	-10
Padeiros, Confeiteiros e Afins	-30	-14
<b>Total</b>	<b>-30</b>	<b>66</b>

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 02/09/2014

Elaboração: DIEESE